

# Disposições têm até isenção de direito autoral para hino sacro

Wilson Pedrosa - 2/6/88

Dora Tavares de Lima

BRÁSILIA — “Se receberdes de graça, dai de graça”. O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), ao estilo de Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — que recorreu a São Francisco para justificar favores do governo a parlamentares — cita São Mateus para se defender da acusação, feita pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), de que legislou em causa própria na Constituinte, isentando as músicas sacras do pagamento de direitos autorais. Não é o único acusado de ter colocado na parte transitória do texto constitucional propostas esdrúxulas ou que defendem interesses de grupos restritos. As Disposições Transitórias abrigam desde a proposta de extinguir os ministérios militares e o SNI até o limite de idade para o exercício da atividade de pescador artesanal.

Na quinta-feira, durante a votação do mandato do presidente José Sarney, Maurílio Ferreira Lima, ao defender os quatro anos, acusou Matheus Iensen, autor da emenda dos cinco, de ter apresentado uma emenda nas Disposições Transitórias para, como autor de hinos evangélicos, escapar à cobrança dos autores. “Os salmos de onde são tiradas as músicas são da Bíblia, que é de domínio público. Deus é o autor dessas músicas e, como diz São Mateus, o que receberdes de graça, dai de graça”, argumenta Iensen.

O deputado, cantor de músicas evangélicas há 25 anos, já gravou 20 LPs e tem um programa diário na Rádio Marumbi, de Curitiba, onde toca músicas evangélicas de vários autores. Sem destaques, a emenda de Iensen já foi aprovada quando o plenário votou favoravelmente ao texto-base do *Centrão*.

Mas são os próprios evangélicos, no caso os de esquerda, que vão tentar derrubar essa emenda no segundo turno. “Ele não quer pagar nem seus próprios companheiros de fé”, acusa o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), que, com outros três integrantes da bancada evangélica, preparou a emenda supressiva. Entre eles, José Fernandes (PDT-AM), que, no momento da acusação de Maurílio, esclareceu ao microfone que os evangélicos não davam apoio à proposta de Iensen.

**Postos** — Outra emenda que não tem destaque e está aprovada é a que remete para a lei a disciplina da distribuição de combustíveis, que hoje é feita exclusivamente por portaria do Conselho Nacional do Petróleo. O *lobby* das grandes distribuidoras — Esso, Shell e Texaco, entre as oito que dominam o mercado no Brasil — conseguiu derrubar essa



Iensen: Deus é o autor de músicas tiradas da Bíblia

emenda no texto permanente, junto com a que nacionalizava a distribuição, mas não percebeu que o mesmo texto se repetia nas Disposições Transitórias, e o dispositivo passou.

Segundo o autor, Max Rosenmann (PMDB-PR), a lei poderá, entre outras coisas, permitir a criação de novas distribuidoras, abrir o mercado aos postos de gasolina e ampliar os prazos que os postos têm hoje para pagar o combustível, que é de dois dias. Os maiores interessados, na opinião do deputado, são os 22 mil postos de gasolina e as 500 empresas transportadoras, revendedoras e retalhistas, integrantes de vigoroso *lobby* que foi derrotado pelas distribuidoras na Constituinte.

**Comissão** — Amanhã, a comissão encarregada pela liderança do PMDB de examinar o texto das Disposições Transitórias e sugerir o que deve ou não ser apoiado pelo partido, vai apresentar ao líder Mário Covas seu trabalho final. Segundo o deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA), a comissão vai recomendar a rejeição de todos os “trens da alegria” — que vão desde equiparação de salários de delegados de polícia aos integrantes do Ministério Público até a efetivação de funcionários públicos sem concurso.

Nesse mesmo texto que abriga assuntos da importância do mandato do presidente e anistia, estão incluídos todos os casuísmos, inutilidades e exageros que os parlamentares não puderam colocar no texto permanente. Há emendas que estão deixando de cabelos brancos a área eco-

nômica do governo, como as de autoria do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e do deputado Humberto Souto (PFL-MG) que isentam as pequenas e médias empresas do pagamento de empréstimos bancários.

A cada votação, os constituintes tratarão de assuntos diferentes. Às vezes tão díspares quanto a extinção do SNI e a aposentadoria do pescador artesanal. Alguns exemplos:

- O deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) quer, de uma só vez, acabar com o SNI e com os ministérios militares e retirar do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas o *status* de ministro.
- Sólton Borges dos Reis (PTB-SP) pretende que todas as gráficas públicas imprimam e distribuam em igrejas e quartéis exemplares da nova Constituição.
- Amaral Netto (PDS-RJ) não desiste da pena de morte e propõe que a população vote em plebiscito 120 dias após a promulgação da Carta.
- Ezio Ferreira (PFL-AM) acha urgente e constitucional a criação de uma comissão para cuidar dos festejos do centenário da República.
- Érico Pegoraro (PFL-RS) não quer nenhum pescador artesanal exercendo atividade depois dos 60 anos de idade.
- Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ) promete lotar o Congresso de estudantes, de preferência os do primário, para garantir que o Colégio Pedro II continue sob a órbita federal.
- Luis Viana (PMDB-BA) propõe a revisão de todas as concessões de rádio e televisão feita sem 1987. Deixa de fora as mais recentes.